



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação
Ministério Público do Estado de Mato Grosso



Boletim
Informativo
CAO.EDUCAÇÃO
04.2024





APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	5
NOTÍCIAS DO MPF.....	7
NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	8
OUTRAS NOTÍCIAS.....	9

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shlessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

Ariane Cristine de Carvalho Brito – Residente

NOTÍCIAS DO MPMT



[CAO orienta sobre fiscalização da Educação durante período eleitoral](#)

O Centro de Apoio Operacional (CAO) de Educação do Ministério Público de Mato Grosso elaborou Roteiro de Atuação sobre “*Condutas vedadas aos agentes públicos em período eleitoral e a operacionalização ministerial na defesa da educação*”. O material foi encaminhado às Promotorias de Justiça que operam na defesa da educação de modo a auxiliar as unidades ministeriais especificamente quanto à fiscalização da gestão pública educacional durante o período eleitoral.



[Ministério Público de MT lança cartilha contra bullying e cyberbullying](#)



O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do Centro de Apoio Operacional (CAO) de Educação, lançou a cartilha “Somos mais fortes quando nos apoiamos: diga não ao bullying”, com objetivo de alertar a comunidade escolar sobre essa prática, auxiliar na identificação de comportamentos, fornecer orientações e estimular a denúncia. Conforme o promotor de Justiça coordenador do CAO Educação, Miguel Shlessarenko Júnior, a “cartilha traz orientações práticas e objetivas que podem ser compartilhadas com a comunidade escolar, familiares, gestores e conselhos de educação, envolvendo todos os atores educacionais”.

[Fórum Intersectorial debate alterações no Plano Nacional de Educação](#)

Na primeira reunião deste ano do Fórum Intersectorial de Acompanhamento dos Planos de Educação (Fiape), foram discutidas as possíveis alterações no Plano Nacional de Educação (PNE) para a próxima década (2024-2034), o andamento do redimensionamento da rede pública de ensino em Mato Grosso, e as avaliações educacionais referentes ao fechamento do ano de 2023 nas unidades escolares de Cuiabá, Várzea Grande e demais municípios do estado. A pauta incluiu ainda a apresentação de um painel com o número de profissionais da Educação Especial e de estudantes público-alvo da Educação Especial (Paed) em Mato Grosso.



NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

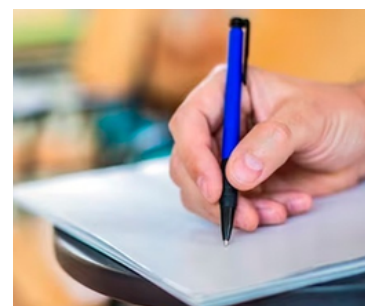
[MPPR recorre de decisão que extinguiu ação que busca assegurar vagas em creches de Curitiba para crianças de zero a três anos](#)



O Ministério Público do Paraná, por meio da Promotoria de Justiça de Proteção à Educação de Curitiba, recorreu de decisão judicial que considerou extinta ação civil pública que busca garantir o acesso à educação infantil a crianças de zero a três anos de idade na capital. Os embargos de declaração foram apresentados após decisão da Vara da Infância e Juventude e Adoção de Curitiba julgar extinta – sem resolução de mérito – ação civil pública que tramitava no Judiciário buscando assegurar vagas em creches às crianças que atualmente constam de lista de espera.

[MPCE entra na Justiça para Prefeitura de Acaraú realizar concurso público nas áreas da saúde, educação e assistência social](#)

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Acaraú, ajuizou Ação Civil Pública (nº 09.2024.00002198-5) para que a prefeitura exonere servidores temporários em atividades não essenciais e realize concurso público nas áreas de saúde, educação e assistência social. A medida foi tomada após a constatação de irregularidades nas contratações.



[MPRJ propõe ao Judiciário homologação de Termo que prevê ampliação de salas de recursos multifuncionais na rede estadual de ensino](#)



O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), através da 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, e a Procuradoria-Geral do Estado requereram junto à 1ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Capital, a homologação do Termo de Autocomposição assinado entre as partes para ampliar o número de salas de recursos multifuncionais na rede estadual de ensino, lotando professores capacitados a atuar nos referidos espaços.

MPCE conclui primeiro ciclo de reuniões com municípios envolvidos no programa de prevenção à violência nas escolas

O Programa “Previne -Violência nas escolas, não!”, do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), encerrou o primeiro ciclo de reuniões com os municípios que aderiram à iniciativa, realizando momentos para dar boas-vindas aos articuladores e aos promotores de Justiça, bem como apresentar os detalhes dos compromissos associados a dois projetos que fazem parte do Previne. Na edição de 2024, o



Programa será implementado a partir de dois eixos. O projeto “Proteger e Prevenir”, objetivando fomentar a implantação das comissões, registrou 104 adesões. Já o projeto “Comissão em Ação”, que visa fortalecer o trabalho das comissões nos municipais em que elas já se encontram implantadas, contabilizou 66 adesões.

MPPR discute políticas públicas e direitos educacionais de pessoas com Síndrome de Down e desafios na aprendizagem



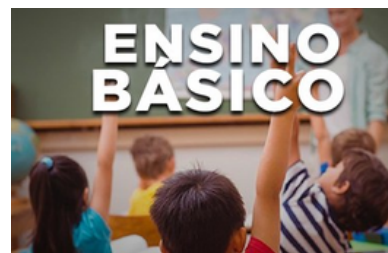
As políticas públicas e os direitos educacionais que devem ser assegurados a todas as pessoas com Síndrome de Down serão apresentados em live promovida pelo Ministério Público do Paraná no dia 21 de março. O evento, aberto à população, marcará na instituição o Dia Internacional da Síndrome de Down e o Dia Estadual da Conscientização sobre a

referida síndrome, conforme previsto na Lei Estadual 20.599/2021. Na oportunidade, serão detalhados aspectos sobre questões como o direito a frequência na rede regular de ensino, ao professor/profissional de apoio, ao Plano Educacional Individualizado e a todo o suporte educacional necessário para garantir uma efetiva educação na perspectiva inclusiva. Tais direitos não são exclusivos às pessoas com Síndrome de Down, mas também a quem tem qualquer tipo de deficiência, Transtorno do Espectro Autista, altas habilidades/superdotação e transtornos globais de desenvolvimento.

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

[MPF recomenda a municípios de Rondônia que não utilizem verbas do Fundef para pagamento de advogados](#)

O Ministério Público Federal (MPF) enviou recomendação a nove municípios de Rondônia para evitar que os valores complementares do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb, antigo Fundef) sejam utilizados para o pagamento de advogados. Os recursos, conhecidos como precatórios do Fundef, se referem à diferença devida pela União aos entes municipais em razão de repasses inferiores aos previstos legalmente, entre os anos de 1998 e 2006.



[MPEduc: MPF divulga a lista dos 27 municípios que receberão a etapa piloto da nova metodologia](#)



A 1ª Câmara de Coordenação e Revisão (1CCR) do Ministério Público Federal (MPF) divulgou a lista dos 27 municípios brasileiros, de até 100 mil habitantes, escolhidos como pilotos para a implementação da nova metodologia do Ministério Público pela Educação (MPEduc), que, em abril deste ano, completa dez anos. A execução dos pilotos é uma das etapas de um Projeto Estratégico que visa reestruturar a iniciativa e atualizar a metodologia de modo a fomentar uma atuação coordenada, integrada e dialogada pelos membros do MP no âmbito da educação básica.

[MPF e MP de Contas recomendam restabelecimento imediato do transporte escolar gratuito em povoados de Sergipe](#)

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público de Contas do Estado de Sergipe (MPCSE) emitiram uma recomendação conjunta à Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (Seduc) de Sergipe. Eles recomendaram que a Seduc restabeleça, imediatamente, o transporte escolar gratuito para os povoados Pai André, Santo Inácio, São Francisco, Palestina, Lavandeira, Bitá, Oiteiros e Quissamã, que ficam no município de Nossa Senhora do Socorro, Região Metropolitana de Aracaju (SE).



NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

[STJ determina reforma de escolas da rede municipal de educação](#)

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou, em decisão que transitou em julgado no dia 18 de março, a obrigação do Município de São Luís de reformar as escolas da rede municipal de ensino no prazo máximo de dois anos. A medida do STJ deu-se em virtude de recurso protocolado pela Prefeitura de São Luís contra decisão da segunda instância do Poder Judiciário maranhense. No recurso, o Executivo alegou violação do direito de defesa e pediu novas perícias judiciais. Entretanto, o ministro do STJ Sérgio Kukina indeferiu o agravo destacando que “o *inconformismo não ultrapassa a barreira do conhecimento*”.



OUTRAS NOTÍCIAS

[Kit de uniforme em escolas da rede pública de MT passa a ser obrigatório](#)



O uso de uniformes padronizados passa a ser obrigatório em todas as escolas públicas estaduais de Mato Grosso, conforme portaria assinada pelo secretário Estadual de Educação, Alan Resende Porto. O governador Mauro Mendes fez uma consulta pública, nas redes sociais, para ouvir a opinião da população, que se mostrou favorável a elaboração do projeto. O questionamento surgiu após um

vídeo mostrar alunos jogando no lixo kits escolares que fazem parte do conjunto entregue pelo governo. Consta na portaria que, para ter acesso às dependências da escola, em horário de aula, como também para realizar as atividades curriculares e extracurriculares, o estudante deverá estar uniformizado, com exceção do tênis, que pode ser substituído por outro calçado.

[Governador anuncia aumento para profissionais da educação que atuam na alfabetização de adultos](#)

O governador Mauro Mendes anunciou um aumento na remuneração dos profissionais da educação que atuam na alfabetização de jovens e adultos por meio do programa Mais MT Muxirum. O comunicado foi feito após reunião com o secretário de Educação Alan Porto. A bolsa complementar dos professores passará de R\$ 600 para R\$ 1.000. Já o valor para coordenadores, a bolsa, que era de R\$ 1.000, será de R\$ 1.300. Ao todo, 1.500 professores e 150 coordenadores serão contemplados.



[Profissionais da Educação recusam RGA de 5,5% e aprovam indicativo de greve em MT](#)



Os profissionais da Educação, professores, monitoria, zeladoria, secretaria, merenda e transporte escolar rejeitaram a proposta da Prefeitura de Lucas do Rio Verde (420 km de Cuiabá) de Reajuste Geral Anual (RGA) no percentual de 5,5% e apresentaram indicativo de greve. A proposta defendida pela categoria é de RGA de 10% para todos os profissionais. No entanto, segundo o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público (Sintep-MT), a categoria considerou a proposta "muito abaixo" dos 25,81% de defasagem do salário da categoria em relação ao Piso Nacional Profissional do Magistério.

[Conselheiro do CNMP apresenta proposta de recomendação que estabelece diretrizes para a estruturação das unidades do MP na defesa do direito à educação](#)

O presidente da Comissão da Infância, Juventude e Educação (Cije) do Conselho Nacional do Ministério Público, Rogério Varela (foto), apresentou proposta de recomendação que estabelece diretrizes para a estruturação das unidades do Ministério Público na defesa do direito à educação. A apresentação ocorreu em 19 de março, durante a 4ª Sessão Ordinária de 2024. A proposição é um complemento das atividades realizadas pelo Grupo de Trabalho criado com a finalidade de diagnosticar a atuação dos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro na defesa do direito à educação. O grupo foi instituído pela Portaria CNMP-PRESI nº 338/2022, com atualização dada pela Portaria CNMP-PRESI nº 195/2023.



[MEC lança guia de elaboração da política de educação integral](#)

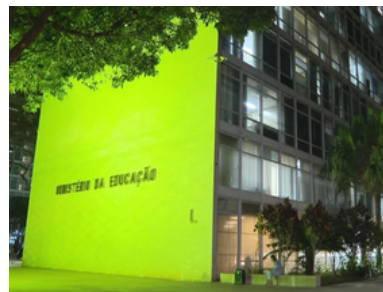


O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), desenvolveu o Guia para Elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral, com orientações práticas e indicações de referências suplementares que sirvam de subsídio para os entes federativos produzirem suas próprias políticas. A publicação

faz parte do Eixo Formar do Programa Escola em Tempo Integral e está disponível na página do programa, no site do MEC, no campo “Documentos”.

[Novo Ensino Médio: Câmara pode votar texto que prevê 80% de disciplinas obrigatórias; veja outras mudanças](#)

A Câmara dos Deputados pode votar nesta quarta-feira (20) o projeto que define mudanças nas regras do Novo Ensino Médio. Pelo texto do relator, deputado Mendonça Filho (União-PE), ao qual o g1 teve acesso, a nova divisão da carga horária prevê 2.400 horas para disciplinas obrigatórias e 600 horas para as optativas, assim como estava previsto no projeto original do enviado em outubro. Hoje, todas as redes de ensino do país, públicas e privadas, têm que destinar 1.800 horas para disciplinas obrigatórias e 1.200 horas para optativas (itinerários formativos ou curso técnico escolhidos pelo aluno).



[MEC promove seminário técnico sobre alfabetização](#)



O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), vai promover, nos dias 25 e 26 de março, o seminário técnico "Formação continuada das universidades: avaliação do PNAIC e a caminhada do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada". O evento é voltado a representantes do próprio MEC e das universidades públicas brasileiras, com objetivo de ampliar os espaços de debates sobre a implementação de macropolíticas no âmbito da formação continuada de professoras e professores alfabetizadores no Brasil. Aqueles que tiverem interesse podem acompanhar as atividades pelo canal do MEC no YouTube.

[Programa Pé-de-meia começa a pagar incentivo nesta terça \(26/3\)](#)

O programa Pé-de-meia, do Governo Federal, começará a fazer os pagamentos para os alunos beneficiados a partir desta terça-feira (26/3). Os estudantes do ensino médio da rede pública podem consultar se foram contemplados no aplicativo Jornada do Estudante, do Ministério da Educação (MEC). O primeiro pagamento de R\$200 reais é referente ao bônus de matrícula e será feito entre 26 de março e 3 de abril, em parcela única. A data de pagamento depende do mês de aniversário do aluno. Esse valor não é descontado do incentivo de frequência de R\$ 1.800, que será pago em nove parcelas ao longo do ano.



[Audiência pública debate edital do PNLD Educação Infantil](#)



O Ministério da Educação (MEC), por meio de parceria entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Secretaria de Educação Básica (SEB), vai promover, na próxima terça-feira, 26 de março, em Brasília (DF), a Audiência Pública nº 01/2024. O intuito é compartilhar e definir as especificações técnicas da minuta do edital de convocação para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) Educação Infantil, ciclo 2026-2029. O edital convocará os interessados para participar do processo de elaboração das obras que serão entregues em 2026 a crianças e bebês das escolas de educação infantil brasileiras.

[Governo propõe vagas de ensino técnico para reduzir dívida de estados](#)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou, nesta terça-feira (26), o Programa Juros por Educação, um pacto para reduzir os juros da dívida dos estados com a União. Em contrapartida, os estados devem aumentar as vagas para alunos no ensino médio técnico em suas redes de educação.



Pé-de-Meia vai beneficiar 187 mil estudantes no Pará



O Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, ao lado do governador do Pará, Helder Barbalho, lançou o programa Pé-de-Meia no estado nesta quinta-feira, 21 de março, no Hangar Convenções & Feiras da Amazônia, em Belém (PA). Com base no Censo Escolar 2022, a estimativa é que mais de 187 mil estudantes do Pará sejam beneficiados com a poupança do ensino médio, que conta com investimento de cerca de R\$ 536 milhões. O número definitivo será atualizado após apuração das matrículas de 2024 e atualização da base do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). A agenda formaliza a adesão do estado à poupança do ensino médio.



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

cao.educacao@mpmt.mp.br

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br